

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.338 - RS (2019/0259947-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : PABLO FRIEDRICH DORNELES - RS059377
ALESSANDRO NECKEL DE OLIVEIRA - RS089310
LUCIANO MARTINS - RS079401
RECORRIDO : VITAL GUARESCHI
ADVOGADOS : EDUARDO SCHEIBE - RS066350
IEDA XAVIER DA CRUZ - RS010842

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ fl. 456):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES EM CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. ALVARÁ EXPEDIDO. AUSÊNCIA DE REPASSE. DANOS MATERIAIS. DIREITO A RESTITUIÇÃO DA QUANTIA INDEVIDAMENTE RETIDA. REJEIÇÃO DAS CONTAS APRESENTADAS PELO RÉU. HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DO CÁLCULO APRESENTADO PELO AUTOR. INSURGÊNCIA DO RÉU/APELANTE APENAS EM RELAÇÃO AO TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA A CONTAR DO LEVANTAMENTO DO ALVARÁ. HONORÁRIOS DEVIDOS NA SEGUNDA FASE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do especial, aponta o recorrente violação dos arts. 189 e 405 do Código Civil, assim como divergência jurisprudencial. Alega que "os juros de mora em caso de responsabilidade contratual incidem somente a partir da citação (art. 406 do CCB) eis que trata-se de responsabilidade contratual, porém o Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação, rejeitando tal afirmação sob o fundamento de que os juros de mora incidem desde a data do levantamento de valores com base no artigo 670 do CCB" (fl. 470, e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Com efeito, confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 458-459):

Cuida-se de Ação de Prestação de Contas ajuizada contra Maurício Dal Agnol, procurador que atuou na defesa do autor na ação ajuizada contra a Brasil Telecom, na qual buscou a diferença de ações de telefonia fixa e celular, autuada sob o n. 001/1.05.2400610-9. Julgada procedente aquela ação, foi expedido alvará, cujo valor foi levantado pelo procurador, oportunidade em que prestou contas ao autor. Entretanto, a ação contra a Brasil Telecom prosseguiu, tendo o réu realizado outros saques, sem que os valores tenham sido repassados ao autor, o que ensejou o ajuizamento da presente ação de prestação de contas.

Julgada extinta a primeira fase da prestação de contas (fls. 107/109), foi interposto recurso de apelação, o qual restou provido em acórdão da Relatoria do E. Des. Paulo Sérgio Scarparo, para julgar procedente a primeira fase, condenando o réu a prestar contas, na forma mercantil, bem como a pagar as custas da primeira fase e honorários em prol da parte adversa, no valor de R\$1.000,00 (fls. 129/131v).

Prestadas as contas (fls. 268/321), o réu sustentou que não haveria saldo devedor a ser pago em favor do autor.

Por sua vez, o autor impugnou a prestação de contas e apresentou os cálculos dos valores que entende devidos.

Sobreveio sentença (fls. 361/362v), rejeitando as contas apresentadas pelo réu e homologando parcialmente o cálculo do autor de fl. 354.

Apenas o réu recorre, insurgindo-se somente em relação aos juros moratórios e à condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais na segunda fase da prestação de contas.

Não assiste razão ao apelante.

Destaco que o termo inicial dos juros moratórios deve incidir desde a data do saque do alvará, por força do disposto no artigo 670 do Código Civil, porquanto se trata de retenção indevida de valores em proveito próprio.

A Turma Julgadora entendeu que "o termo inicial dos juros moratórios deve incidir desde a data do saque do alvará, por força do disposto no artigo 670 do Código Civil, porquanto se trata de retenção indevida de valores em proveito próprio" (fl. 459).

Ocorre que tal fundamento aplicado pelo Tribunal estadual, de que o caso trata de retenção indevida de valores em proveito próprio, não foi impugnado pelo recorrente, o qual é suficiente para manter o acórdão e que, por consequência, não pode ser alterado, diante da incidência da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

No tocante ao termo inicial dos juros de mora do dano material, considerando a moldura fática delineada no acórdão recorrido, verifica-se que o entendimento da Corte local está em conformidade com a jurisprudência do STJ:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. MANDATO. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CONTRATADOS. APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE NUMERÁRIO. DANOS MATERIAIS. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DO ABUSO. CC/2002, ART. 670. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO PROVIDO.

1. Os juros de mora sobre a indenização por danos materiais são devidos desde o momento em que o mandatário apropria-se indevidamente dos valores recebidos em razão do cumprimento do mandato. Precedentes.
2. Agravo interno provido para negar provimento ao recurso especial. (AgInt no REsp 1.799.395/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/6/2019, DJe 28/6/2019.)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MATERIAL. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CONTRATADOS. PRESCRIÇÃO DECENAL. RECURSO REPETITIVO. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. ART. 670 DO CC/2002 E SÚMULA 43 DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Não ofende o art. 535 do CPC/1973 a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. A Segunda Seção do STJ, por ocasião do julgamento dos EREsp 1.280.825/RJ, estabeleceu o entendimento de que o prazo prescricional para as ações fundadas no inadimplemento contratual, incluindo o da reparação de perdas e danos, é de 10 anos.

3. Os juros devidos pelo mandatário que desvia o numerário devido ao mandante fluem desde a data do abuso, e não da interpelação ou da citação. Art. 670 do CC/2002 e Súmula 43 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1719517/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 14/11/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. MANDATO. ADVOGADO. OBRIGATORIEDADE. SALDO CREDOR APURADO NA SEGUNDA FASE. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA ARTS. 1.301 E 1.303, DO CÓDIGO CIVIL/1916. SÚMULA 43/STJ.

- A prestação de contas é inerente ao instituto do mandato, sendo obrigação do mandatário prevista no Código Civil e na Lei n.º 8.906/94 (Estatuto da Advocacia).

- Comete ilícitos contratuais o mandatário que não presta contas ao mandante e não lhe entrega o que recebeu em nome desse. Exegese dos arts. 1.301 e 1.303, ambos do Código Civil/1916

- **Se o advogado não presta contas ao cliente por quantias recebidas no processo e é condenado em ação de prestação de contas, a correção monetária e os juros moratórios sobre o saldo credor devem incidir a partir do momento que deveria ter repassado ao cliente os valores recebidos durante o cumprimento do mandato.** Incidência da Súmula n.º 43 do STJ e do art. 1.303 do Código Civil/1916.

- Incide correção monetária em todos os débitos judiciais, inclusive sobre o saldo credor apurado em sentença da segunda fase de ação de prestação de contas.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 687.101/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/04/2006, DJ 02/05/2006, p. 307 - g.n.)

Incide a Súmula 83 desta Corte no caso.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Por fim, deixo de majorar os honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que já fixados no percentual máximo permitido legalmente.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora